



48ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

08 de dezembro de 2009 – 9:30 horas

PAUTA

Expediente:

Informes

1- “2º Seminário de Áreas Verdes: Contribuições à Qualidade Ambiental da Cidade”, realizado pela SVMA / PMSP;

2- Conforme solicitação dos Conselheiros, as ATAs das Reuniões do CONFEMA estarão disponíveis na página eletrônica da SVMA.

- I. Aprovação da ATA da 46ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 10 de novembro de 2009;
- II. Aprovação da ATA da 11ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 17 de novembro de 2009;
- III. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apresentação do Plano de Desapropriações do Parque Linear Perus – DEPLAN/SVMA;
- II. Apreciação e Deliberação sobre projeto de desapropriação de imóvel localizado nas áreas I-1, I-2, I-3, I-4 e I-5 para implantação do Parque Linear Perus (Processo nº 2009 -0.282.724-0);
- III. Apreciação e Deliberação sobre projeto de desapropriação de imóvel localizado nas áreas entre o Córrego Capão das Antas e a Rua Cleonice Kammer Di Sandro para implantação do Parque Linear Ribeirão Perus (Processo: 2009-0.331.726-1);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 07, projetos de número 46 a 48.

Anexos:

ATA da 46ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 10 de novembro de 2009;

ATA da 11ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 17 de novembro de 2009;

Parecer da Comissão de Avaliação Técnica/ CAV sobre Processo 2009-0.282.724-0;

Parecer da Comissão de Avaliação Técnica/ CAV sobre o processo 2009 – 0.331.726 – 1;

Pareceres dos projetos concorrentes ao Edital FEMA 07, de números 46 a 65;



Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas, nós vamos então dando início a **48º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 08 de Dezembro**, aqui na Secretaria do Verde Meio Ambiente, então nós vamos começar pelos informes, os conselheiros vão receber uma publicação gerada do "2º Seminário de Áreas Verdes Contribuições a Qualidade Ambiental da Cidade". Esse seminário foi realizado pela Secretaria do Verde. Eu tenho uma outra informação que, conforme solicitação de uma conselheira, mas acho que foi reiterada por todos os conselheiros, as Atas das reuniões do CONFEMA estarão disponíveis na página eletrônica da Secretaria do Verde. Assim estarão incluídos na página, naquele sentido de poder estar divulgando as reuniões e os posicionamentos dos conselheiros e das conselheiras. Agora nós vamos para a "Aprovação da Ata da 46º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 10 de novembro de 2009", vocês receberam por e-mail essa ata. Então vamos para a votação? Então os conselheiros e conselheiras que são favoráveis a aprovação da Ata da 46º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 10 de novembro de 2009 permaneçam como estão. **A Ata da 46º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 10 de novembro de 2009, está aprovada por unanimidade.** E a aprovação da Ata da 11º Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 17 de novembro de 2009. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação da Ata da 11º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 17 de novembro de 2009, permaneçam como estão. Então a **Ata da 11º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 17 de novembro de 2009, está aprovada por unanimidade.** Alguma sugestão de inclusão de pauta? Então vamos para a ordem do dia, nós vamos começar, hoje nós temos aí para deliberação 2 projetos de desapropriação, e até pelas demandas colocadas pelos conselheiros na última reunião, nós achamos muito importante conversar com o Departamento de Planejamento. A Jamilly veio nos dar os esclarecimentos, mas ela foi chamada no atropelo, ela fez o possível e foi muito bem, mas nós entendemos que é muito legítimo



apresentar para os conselheiros como é que está o planejamento em relação as Desapropriações do Parque Linear Ribeirão Perus, no caso, quando tiverem outros casos nós também traremos para vocês terem uma idéia do contexto que isso se insere, o que já foi, o que já passou pelo CONFEMA, o processo mesmo de Desapropriação, porque para mim por exemplo não era tão claro, porque as vezes passa uma vez, passa outra vez, então eu acho que na explicação da Rosélia que é arquiteta do Departamento de Planejamento, nós vamos ter mais clareza e possibilidade de estar indagando as dúvidas que tenham sobre o assunto e passar para os outros conselheiros na próxima reunião também. Rosélia, por favor, fale no microfone que é gravado.

Rosélia: Bom dia a todos, eu vou tentar esclarecer então esses pontos, bom aqui eu estou só fazendo uma apresentação só para localizar onde é que fica o Parque Linear Ribeirão Perus, então ele está na Zona Norte de São Paulo, a esquerda tem o parque grande que é o Anhanguera e a direita aquele parque cor de rosa é o Perus, da subprefeitura de Perus, ele vai ao longo do Ribeirão Perus, aqui é uma foto aérea que mostra então a localização que é aquele círculo amarelo é o Centro de Perus, a esquerda nós temos a Rodovia dos Bandeirantes, abaixo um trecho do Rodoanel, e aqui a Raimundo Pereira de Magalhães, que são os principais acessos da Rodovia dos Bandeirantes, o Parque Anhanguera está aqui, aqui é o aterro Bandeirantes, e o nosso Parque então o Ribeirão Perus ele está passando pelo Centro de Perus, faz esse percurso e depois ele vem para cá. Então o Parque ele se inicia aqui nesta Região que ainda é em Pirituba abaixo do Rodoanel e vai percorrendo aqui por dentro do centro, dá essa volta, e depois aqui ele encontra com a antiga área da fábrica de cimento Perus até chegar na Bandeirantes, esse é o percurso de todo o Parque, nós temos praticamente nesse percurso todo somente áreas particulares, praticamente muito poucas áreas municipais, eu tenho alguma área municipal, aqui temos áreas municipais aqui nesse loteamento, esse é um loteamento aprovado, então aqui nós temos uma área pública que



vai ser incorporada ao Parque, duas praças também aqui, essa e esta que também serão incorporadas ao Parque, o restante da área nós estamos tendo que fazer as desapropriações . Então esse aqui é um plano diretor do Parque que tem o desenho ali na parede também, porque a idéia então desse parque o rio ele vem daqui para cá, e esse rio hoje ele traz uma série de enchentes aqui no centro de Perus, as muitas casas aqui nessa volta já estão condenadas, e esse braço aqui que é o areão, é uma fluente também que traz muito volume da água e tudo isso provoca muitos problemas aqui no centro de Perus, então o Parque, a principal função desse Parque vai ser reter as águas, funcionar como represas, então vamos ver aqui a idéia dessa área toda é tornar uma represa para segurar a água que vem daqui e aqui você promover então nessas áreas, criar uma área de infiltração também do rio, para que nós consigamos resolver, sanar esse problema aqui da enchente, nessa época, inclusive foi muito freqüente, os problemas que eles estão passando, que a subprefeitura está passando. Aqui tem umas pedreiras, é uma região que tinha muitas pedreiras, ainda tem uma pedreira em funcionamento e aqui está o aterro também. Então aqui são as desapropriações que nós estamos trabalhando, nós iniciamos as desapropriações dessa parte rosa ao sul, e essas áreas são 4 propriedades e que 3 delas nós já... passaram praticamente por todo o processo da desapropriação. Então agora eu vou explicar um pouco como é o processo da desapropriação. Nós aqui da Secretaria identificamos a propriedade, elaboramos o que se chama planta desapropriatória, que tem aqui o modelo da parede, é toda a parte gráfica que nós fazemos a partir dos títulos de propriedade, e através da história também do terreno, nós normalmente temos que consultar as plantas antigas para fazer esse desenho para chegar em uma planta consistente, a partir dessa planta o departamento de desapropriação da Secretaria de Negócios Jurídicos, ela faz um laudo administrativo, chamado laudo administrativo, é um valor que a prefeitura então oferece ao proprietário com o valor do terreno mais benfeitorias quando



tiverem as construções, e esses laudos então administrativos, nós temos que fazer o depósito desse valor, então nesse caso aqui que nós já temos, e aí depois que o caso haja um acordo, e se o proprietário concordar com o valor e também em caso de que a própria propriedade está bem identificada, é possível ser feita uma negociação e ser feita uma compra para a prefeitura ela mesma já fazer a aquisição sem passar pelo judiciário, agora se a contestação do valor, ou se o documento do terreno não tem consistência o suficiente isso vai ao judiciário, então se abre então uma ação no judiciário e o juiz normalmente ele determina então, eles nomeiam um perito da confiança dele para fazer o segundo laudo, então é feito um laudo judicial, laudo prévio que eles chamam também, e esse laudo prévio, ele serve então para prefeitura já caso ela deposite esse laudo prévio ela pode emitir na posse, ela pode tomar posse do terreno, e depois esse valor ela pode continuar em negociação mas nós já tomamos posse do terreno, então é muito importante nós depositarmos ele esse valor prévio, mesmo que não seja o mesmo motivo, porque com esse valor prévio nós tomamos posse do terreno e podemos construir o Parque, então nós temos...

Coordenadora Helena Magozo: Se no caso não houver concordância posterior do proprietário?

Rosélia: Então, o que acontece? Quando nós fazemos esse depósito do valor prévio, ele, o proprietário, dependendo do juiz, o proprietário pode retirar esse valor, não esse valor todo, mas 80% do valor que a prefeitura depositou ele pode retirar e depois ficar discutindo o restante, porque normalmente a prefeitura elas contestam o valor do judiciário, e ela fala não, não deu valor e vai fazendo uma negociação, através de laudos sucessivos, essa discussão ela pode continuar se nós tivermos interesse em pegar área, nós depositamos, pegamos área e essa discussão continua, então ficam retidos os 20% daquele valor no judiciário para que haja essa negociação, então é isso. Então no caso dessas áreas rosa, essas 3 propriedades nós já estamos em uma fase que nós já



depositamos para esse valor prévio do judiciário, que foi até uma reunião que eu estive aqui, explicando a história da complementação, que já havia sido paga uma parte do valor do terreno, e havia uma complementação em um desses casos aqui.

Coordenadora Helena Magozo: Mas é no caso como você falou, a prefeitura propõe um valor, o proprietário não aceita vai para o judiciário, e aí o judiciário pode arbitrar por um valor maior, então tem essa diferença.

Rosélia: Esse complemento que nós temos que fazer, normalmente nós fazemos o complemento, depositamos o complemento, e aí nesse caso é isso, então é a situação de andamento, essa área laranja, rosa também de maior propriedade, ela é uma propriedade que já tem também o valor do perito judicial, mas me parece que o processo ainda não se passou por aqui, ele está, eu tenho uma informação em DESAP que já foi feita uma avaliação, depois eu tenho uma tabela que vai estar mostrando os valores. Aí essas áreas azul claro aqui, elas são áreas que nós também já temos o valor, o laudo do DESAP, todos esses aqui, tem uma área aqui foi também dado prioridade por conta de que é uma área de risco, as casas já estão condenadas, e essas áreas aqui que são do areão, elas já estão com um laudo então do DESAP, laudo administrativo e que algumas delas já foram aprovadas aqui no conselho. Essa área vermelha, essa é uma propriedade só, essa vermelha longa e essa outra aqui são as áreas que estariam passando hoje aqui para a aprovação também do primeiro valor, do laudo administrativo, do primeiro depósito, então é isso. Vamos então ver a outra etapa. Então aqui estão representadas todas aquelas propriedades que estão desenhadas naquele slide anterior, então essas 4 propriedades que são aquelas rosa, a rosa ela já tem esse laudo do valor da avaliação prévia judicial, todos esses tem esse valor aqui, esse era o valor de DESAP, e aqui eu fiz tentando aqui reproduzir o que já passou por aqui, então essas 3 áreas já foram aprovadas aqui no conselho, essa aqui que é a 4ª área rosa, ela foi aprovada



só esse primeiro valor, R\$ 6.000,000, e agora judiciário está dando o valor de R\$ 13.000,000. Então aqui vai ter um complemento de R\$ 6.000.300, esse complemento que nós já depositamos, vai ser depositado a diferença então, vai depositar R\$ 6.000,000 para nós podermos ter a posse do terreno.

Rosélia: Então mesmo que a prefeitura não aceita, ela contesta, o que é importante fazer depósito para nós podermos ter adição na posse, estão porque aí nós fazendo esse depósito na posse vai emitir na posse e vai contestando, exatamente porque esse dinheiro fica em juízo, esse aqui ainda não chegou o processo aqui.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: É essa é a área maior... acabou de ser feita agora, acabei de receber essa informação de que o laudo do perito ficou pronto.

Coordenadora Helena Magozo: Ele vai ser encaminhado proximamente para cá, não é?

Rosélia: É eu espero, é que eles me mandam informação por e-mail, então eu fico sabendo mas eu tenho que acompanhar esse processo para saber onde ele está.

Coordenadora Helena Magozo: É o valor de DESAP?

Rosélia: Não, não. É o valor do laudo do juiz, então o valor é 80% dos 13.000,000.

Coordenadora Helena Magozo: Nesse caso só para dezembro como foi depositado R\$ 6.700, vai ter uma complementação e 80 vai ser mais que isso.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: Isso nós acabamos de receber, todos esses, o laudo administrativo acabou de sair agora, então todos os laudos



praticamente de novembro aqui, só esses da... é todos esses aqui são laudos bem recente do DESAP.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: Isso, agora nós temos que fazer esse depósito do valor do laudo administrativo, para poder abrir ação.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: Esse ano, esses estão para depositar esse ano. Então hoje já foram aprovados praticamente todos, hoje estão os 2 últimos, porque tem esse outro aqui.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: É que só aprovou o laudo administrativo, só laudo.

Coordenadora Helena Magozo: É, só tem o laudo, então foi aprovado?

Rosélia: Sim, uma parte já foi aprovado, esse aqui foi aprovado só o laudo administrativo, já foi aprovado.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: Não, nesse aqui, nesse no primeiro momento não, esse valor aqui para nós depositarmos já passou por aqui, só tem 2 para passar hoje aqui, esses dois brancos, os outros já passaram.

Orador não identificado: Para depois depositar?

Rosélia: Isso, eu acho que até o processo já deve ter ido, acredito que já tenha ido. Estava lá com o pessoal de DAF, e esse daqui tem



um somente que nós estamos sem laudo, nós estamos com dificuldades de fechar essa planta, a planta está fechada, nós temos um documento, essa área tem um documento de 1.895. O único documento que existe nessa área é um processo de 1.895, da época da república, da Praça da República. Então esse é muito difícil de nós estarmos fazendo o laudo de comprovar ainda de quem é realmente o proprietário, nós temos um nome de 1.800, o nome do proprietário, então nós vamos ter que investigar quem são os herdeiros, que devem ser da capitania hereditária.

Coordenadora Helena Magozo: Então os 2 em branco são os que vão para a deliberação hoje?

Rosélia: Os dois em branco são os que vão para a deliberação hoje, o Psicaco e esse Eulina de Amorim, então é dessa forma, e ali tem um modelo de planta expropriatória, que é o desenho que nós fazemos nos identificando ali são exatamente aquele cumprido é o Psicaco, a parte mais escura, porque assim, aquela parte toda pintada é a propriedade, é toda a propriedade, só que o que nós queremos é só aquela área escura, aquela área um pouco mais escura, então nós desenhamos a propriedade inteira e pegamos no caso o que interessa para o parque no areão, essas propriedades elas são grandes assim e nós estamos pegando um pedaço dela, a área necessária é a próxima do córrego. Então se alguém tiver alguma pergunta.

Coordenadora Helena Magozo: Quanto ao procedimento , esses elementos passam pela comissão dos projetos públicos, depois vem aqui para o CONFEMA, depois do CONFEMA após a deliberação, sendo aprovado é gerado uma resolução que normalmente sai em dias no diário oficial, e aí nós imediatamente mandamos para DAF para os procedimentos administrativos, é isso.

Rosélia: Depois também na verdade, o parque, ainda a parte da desapropriação, essas são as propriedades os quais nós já tratamos mas ele vai ter mais desapropriações ainda, subindo ao norte que



são as áreas um pouco mais difíceis e nós estamos também priorizando essas áreas mais vazias para iniciar a desapropriação porque nós podemos implantar uma boa parte do parque dessa forma, e naquelas áreas mais centrais nós estamos meio que indo agora que nós vamos começar a entrar, então vamos continuar outras áreas que aparecerem aí.

Coordenadora Helena Magozo: E aí é importante vir atualizando, não é Rosélia? À medida que esses estudos forem avançando...

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: Um percentual que nós podemos apresentar da próxima vez, porque ali naquele slide até tem alguma coisa, mas ele não está em forma de percentual, aqui nós temos assim porque a DUP ela tem 1.000.000 de metros quadrados, a DUP significa que é uma área que foi decretada aqui, tem 1.000.090, e o ...

Orador não identificado:(incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: Isso, existem 56.000 metros quadrados com depósito já, é um pouco mais da metade, porque assim, a diferença entre esse e esse é porque aqui são áreas públicas, nós temos 1.000.000 de área particular e 70.000 de área pública dentro do parque, a área do parque, então essa área rosa corresponde a 560.000 metros, essa parte azul é 35.000 metros.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Rosélia: É um pouco menos talvez, porque aqui você tem essa área, isso que vocês vão votar, que essa área vermelha mais essa área vermelha ela soma já 300? 122 já, tá então é a soma desses 3, 560 mais 122 que dá 700... 800 quase não é? 830 dá quase 80%,



dá um pouco mais, dá 80% da área, então 20% falta para desapropriar certo, por aí.

Coordenadora Helena Magozo: Mais alguma pergunta gente?

Presidente Eduardo Jorge: Eu acho importante que a Rosélia ficasse sabendo que nos últimos dias a Secretaria recebeu várias reclamações em relação a questão do parque pelo atraso do processo de implantação do parque, agora principalmente que está chovendo e as enchentes já estão batendo lá de novo, então foi um processo muito demorado de audiências públicas e de divulgação da implantação do parque a principal obra do crédito de carbono a esse parque, o maior efeito social e ambiental da região de Perus no parque. Então já faz algum tempo que isso foi discutido na região, e tem tido muita reclamação porque o parque não está implantado. Então vereador que vai no bairro e recebe críticas da população se queixando da subprefeitura, a subprefeita pediu uma reunião comigo ontem lá no secretário Ronaldo, se queixando também que o parque não está avançando na velocidade que ele deveria. Então eu acho que eu queria colocar isso para vocês na parte do DEPLAN e ir para o conselho do FEMA e para a própria Helena para se fazer um esforço para andar essa questão do parque, é uma obra que é para ontem.

Coordenadora Helena Magozo: Mas nós estamos fazendo isso. Houve uma variável que foi a questão da continuidade da contratação que nós tínhamos uma contratação de EMURB que não foi levada a termo, depois agora nós estamos tendo uma nova contratação. Então isso implicou em 2 projetos, em duas apresentações, foram feitas algumas observações formais na última reunião e deve voltar proximamente, agora por parte do CONFEMA. A CAV dos projetos públicos ela está convocada para semanalmente se reunir e o conselho também, quer dizer tentamos a maior agilidade possível. Estamos conscientes da importância disso e temos feito o possível.



Presidente Eduardo Jorge: ***

Coordenadora Helena Magozo: Eles ficaram de voltar na próxima semana, hoje eu ainda liguei, ontem e hoje, então acompanhando, eles voltam na próxima semana com as complementações.

Presidente Eduardo Jorge: Uma reclamação é que a Secretaria do Verde e a Subprefeitura deveriam conversar mais para que chegasse mais completo precisão do conselho, então nós precisamos ver o que dá, a nossa parte Secretaria do Verde, nós podemos ajudar mais a subprefeitura para poder chegar aqui mais completo e o conselho decidir com a rapidez que você está dizendo.

Coordenadora Helena Magozo: Então , este foi um dos motivos para o projeto não vir hoje, vir na próxima semana é propiciar essa reunião. Como na primeira parte, a responsabilidade da contratação foi da secretaria, e agora é da subprefeitura, é importante que as duas partes se conversem, porque ninguém fica seguro se cada um é responsável por uma parte, então integrar essas informações e trazer as complementações que o CONFEMA pediu em uma próxima reunião, a idéia é essa.

Rosélia: Então, nós também temos essa preocupação, bastante aflição, porque está realmente demorando muito, e nós, uma das providências que nós tomamos, é... nós escolhemos já um técnico para ele ser o administrador desse parque, é uma pessoa com boa formação e que pudesse fazer esse trabalho de costura para todos os lados, e ele ficar exclusivamente cuidando do parque. Só que essa pessoa ainda não foi contratada, ela foi selecionada, então ela está naquele rol de contratações que tem que sair.

Coordenadora Helena Magozo: Mas demora também, está demorando 2 meses para saírem as nomeações.

Rosélia: Então nós também estamos com essa pessoa na expectativa que ela chegue, para ela nos ajudar nessas interfaces.



Presidente Eduardo Jorge: Rosélia, na questão da realização orçamentária também nós estamos devendo, enquanto a Secretaria estava quase 90% em realização orçamentária aqui no crédito de carbono a realização é baixa, esse ano o que ainda dá para gastar depende de alguma coisa do conselho para aprovar?

Rosélia: Então, dos processos que eu tenho na desapropriação são só esses, eu não tenho mais nenhum, nada, a única coisa que vai vir, essa complementação da área do Nagib Audi que é da propriedade grande 6.000.300, o processo eu vou...

Orador não identificado: Tem que passar por aqui de novo?

Rosélia: Tem que passar.

Presidente Eduardo Jorge: Então prepare para a semana que vem.

Rosélia: Eu vou correr atrás desse processo.

Presidente Eduardo Jorge: Prepare para a semana que vem e veja com o pessoal do Hélio, se aprovar aqui nós conseguimos reservar ainda esse ano.

Rosélia: Está bom, eu vou atrás sim, eu vou pessoalmente.

Coordenadora Helena Magozo: Amanhã temos reunião da CAV dos projetos públicos para avaliar projetos do parque Anhanguera e o parecer deve vir para a próxima reunião, mas é só essa complementação do parque Linear e essa desapropriação que ainda não chegaram. As outras avaliações estão absolutamente em dia. A maior parte dos recursos do crédito de carbono são muito robustos, eles são de projetos públicos mesmo, nós tivemos os Editais, para os outros recursos do FEMA, nós estamos em avaliação e acompanhamento para o ano que vem, eu acho que nós estaremos no limite de acompanhamento técnico. E tem um Edital ainda em aberto que é da Agricultura Urbana e Periurbana e seu acompanhamento. Agora eu acho que é o setor público mesmo que



responde pela maior realização do nosso orçamento, porque o crédito de carbono é o mais robusto mesmo. E temos possibilidade de apoio dos outros recursos para projetos públicos de outras regiões da cidade, não contempladas pelos créditos de carbono. Bom então vamos para a deliberação de 2 áreas propostas para a desapropriação.

“Desapropriação de Imóvel, sempre com a implantação do Parque Linear Ribeirão Perus”, processo 2009 03317261,

Refere-se a desapropriação de um imóvel localizado nas áreas entre o córrego Capão das Antas e a rua Cleonice Camea de Sandro, onde será implantando o parque Linear Ribeirão Perus.

Proponente: DESAP.

Valor Total: R\$ 221.133,50.

Resumo da Proposta: A proposta se refere a desapropriação de um imóvel localizado próximo a Rodoanel Mário Covas, objeto de implantação do Parque Linear Ribeirão Perus. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14.887 de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza-se em Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinasse precipuamente apoiar entre outros a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Segundo a resolução 126 CADES de 2009, de 02 de fevereiro de 2009 que trata da diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º inciso 1 decreto 41.1913 de 25/02/02. Observamos que a presente proposta se enquadra na diretriz referente a expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação. Portanto a proposta de desapropriação de imóvel para a implantação de Parque Linear está bem embasada tecnicamente, demonstrando existir a necessidade de desapropriação e considerando também que a



mesma representa uma etapa necessária para implantação do Parque Linear Ribeirão Perus, por isso consideramos que não existe restrição técnica para ação proposta. Quanto a análise econômica orçamentária, está anexada ao processo, a planilha do cálculo de DESAP que foi utilizada para avaliação no valor do imóvel, análise mostra que o valor obtido é coerente com o valor do mercado de imóveis semelhantes na mesma região, a avaliação está datada de 30 de novembro de 2009 e pelo tempo decorrido não existe necessidade de revisão do valor estipulado, consideramos que o valor de indenização é adequado nesse sentido.

Conclusão: Consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA.

Então vamos para a deliberação? Alguma pergunta? Não? Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação da proposta "Desapropriação de Imóvel com a implantação do Parque Linear Ribeirão Perus", permaneçam como estão. Então **a proposta "Desapropriação Imóvel com a implantação do Parque Linear Ribeirão Perus", está aprovada por unanimidade.**

"Desapropriação de um Imóvel localizado nas Áreas 11, 12, 13, 14 e 15 ,próximas ao Rodoanel Mário Covas, Linha Férrea da CPTM onde será implantado o Parque Linear Ribeirão Perus".

Proponente: DESAP.

Valor Total: R\$ 2.128.288,54.

Então a proposta se refere a desapropriação de um imóvel localizado próximo ao Rodoanel Mário Covas, que será objeto de implantação do Parque Linear Ribeirão Perus, a proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14 88 7, aqui fala da reorganização da Secretaria do Verde que determina explicitamente que os recursos do fundo especial de Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável



destina-se precipuamente a apoiar entre outros, a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Enquadramento das estratégias nas ações recomendadas, segundo a resolução 126 CADES 2009, de 02 de fevereiro de 2009 que trata da diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA, observamos que a presente proposta se enquadra na diretriz referente do mesmo jeito que a outra, a expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação, contrata a desapropriação de imóvel para a implantação de parque linear.

Análise Técnica da Proposta: Está bem embasada tecnicamente, em razão de existir a possibilidade de desapropriação e considerando que a mesma representa uma etapa necessária para a implantação do Parque Linear Ribeirão Perus, por isso consideramos que não existe restrição técnica para essa proposta. Análise econômica e orçamentária está anexada ao processo da planilha do cálculo de DESAP que foi utilizada para avaliação do valor do imóvel. A análise mostra que o valor exigido é coerente com valor de mercado e com avaliação de imóveis semelhantes da mesma região e a avaliação está datada de 30 de novembro de 2009 . Pelo tempo decorrido não existe necessidade de revisão do valor estipulado, considerando nesse sentido que o valor da indenização está adequado. Consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para a contemplação de financiamento do FEMA.

Então vamos para a deliberação, os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Desapropriação de um Imóvel localizado nas Áreas 11, 12, 13, 14 e 15, próximas ao Rodoanel Mário Covas, Linha Férrea da CPTM onde será implantado o Parque Linear Ribeirão Perus", permaneçam como estão. Então **o projeto** "Desapropriação de um Imóvel localizado nas Áreas 11, 12, 13, 14 e 15 próximas ao Rodoanel Mário Covas, Linha Férrea da CPTM onde será implantado o Parque Linear Ribeirão Perus", está aprovado por unanimidade.



Agora nós vamos para a deliberação dos projetos candidatos ao Edital FEMA de nº 7. Rosélia muito obrigada pela presença, estará sendo convocada muitas outras vezes, Jamily, muito obrigada.

Orador não identificado: Helena, como ficou o posicionamento do Jurídico da Secretaria sobre a sustação daquele projeto apresentado na última reunião?

Coordenadora Helena Magozo: Levamos para a Assessoria Jurídica e a posição do Procurador Chefe é de que não caberia ao CONFEMA, mas sim ao secretário, que autorizou o convênio, decidir sobre sua continuidade ou sustação. Imaginamos que caberia ao Conselho a decisão sobre o projeto do IBEAC, mas não é o entendimento do Jurídico.

Então agora nós vamos para a deliberação de projetos do Edital FEMA 07, hoje nós vamos estar avaliando 3 projetos, começo então com o projeto :

“ECO José Bonifácio”

Instituição Proponente: Associação Santa Zita.

Duração: 12 meses.

Pedido para o FEMA: R\$ 102.421,3

Contra Partida: R\$ 12.308,90.

Valor total do Projeto: R\$ 114.730,22.

A região, o bairro onde está sendo desenvolvido o projeto, é o bairro de Cohab José Bonifácio, que é um bairro situado no distrito de Itaquera, Zona Leste da Cidade Brasileira de São Paulo. O distrito é habitado em geral por pessoas de classe média e baixa, faz divisa com o bairro de Itaquera e Guaianazes.

Objetivo Geral: Contribuir para o desenvolvimento sustentável na região do conjunto habitacional José Bonifácio, através do



fortalecimento de educação ambiental e do consumo consciente nos bairros de abrangência do conjunto habitacional José Bonifácio através da formação de agentes ambientais.

Síntese da Avaliação: O projeto pretende dar formação ambiental e desenvolver atividades de jardinagem e de reciclagem, a formação de horta comunitária em escola e reaproveitamento do lixo no conjunto habitacional. Não há especificações metodológicas para o modo de formação, nem para o modo específico das atividades. De uma forma geral o projeto está mal estruturado faltando objetividade, o orçamento não é claro na composição dos valores da mão-de-obra e material de consumo e o cronograma orçamentário não tem especificações de gastos, pelas razões descritas acima, a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do FEMA.

Aqui também tem a tabela... Podemos ir para a deliberação? Então vamos sempre, prestem atenção pelo lado positivo, então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "ECO José Bonifácio", levantem a mão. Nenhuma manifestação. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "ECO José Bonifácio", levantem a mão. Então **o projeto "ECO José Bonifácio", não foi aprovado por unanimidade.** Alguma abstenção?

"Projeto Incubadora de ONGS Sustentáveis".

Instituição Proponente: Grupo de Assistência ao Idoso, a Infância e a Adolescência.

Linha Temática: Economia Solidária e Educação Ambiental.

Localização Geográfica: Distrito de Campo Limpo, Subdistritos de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade.

Prazo de Duração: 10 meses.

Custo Total: R\$ 118.040,38.



Recurso do FEMA: R\$ 105.470,50.

Contra Partida: R\$ 12.569,88.

Objetivo Geral: Criar uma rede de instituições sem fins lucrativos atuantes na temática ambiental do Distrito de Campo Limpo, capaz de participar das políticas públicas na área ambiental e social, estabelecer parcerias com organizações públicas e privadas, atuar na formação da consciência e defesa ambiental da população e promover ações de desenvolvimento sustentável na região.

Síntese da Avaliação: O projeto atende ao Edital e é relevante, pois auxilia nas organizações da sociedade civil a se estruturarem do ponto de vista administrativo gerencial, elaboração de projetos entre outros aspectos importantes ao perfil da população, a CAV considera a viabilidade, então técnica e financeira do projeto e seu enquadramento nas Leis do SISNAMA, na Lei 14887 de 2009, artigo 57, inciso 1º na política municipal do meio ambiente e também o seu enquadramento na diretriz anual na temática economia solidária estabelecida pelo CADES, resolução 126 CADES 2009. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "ECO José Bonifácio" levantem a mão. Então o **projeto "Incubadora de ONGs Sustentáveis" está aprovado por unanimidade.**

"Projeto Redescobrimo o Meu Pedaco".

Organização Proponente: São Paulo Woman's Club - Clube Paulistano de Senhoras.

Local de Execução do Projeto: Bairros do Entorno de Cada Equipamento das Organizações da Subprefeitura de Cidade Ademar.

Duração do Projeto: 19 meses.

Valor Solicitado: R\$ 118.587,98.

Valor Total do Projeto: R\$ 118.587,98.



Objetivo Geral: Contribuir para que todos os usuários das CCAS, CCS, ICJ, possam situar-se no mundo como ser histórico, a partir da compreensão de que todas as pessoas são responsáveis pela construção e reconstrução histórica, educar os adolescentes para uma consciência ecológica afim de que percebam as conexões dos ecossistemas e adotem atitudes solidárias de cooperação no dia-a-dia para que se sinta pertencentes ao universo, casa comum estimulando o protagonismo juvenil.

Síntese da Avaliação: 1- A entidade não apresentou o projeto em conformidade com as orientações do anexo 1 do Edital. 2- Não foi apresentado a contra partida. 3- O projeto tem finalidade vaga que desenvolveram o processo de conscientização não apresentando atividades coerentemente articuladas dentro dos princípios da educação ambiental que é o foco do Edital. 4- Solicita o pagamento de despesas não autorizadas pelo Edital, tais como água e luz. 5- A entidade solicita o recurso para compra de equipamentos em quantidades que não se justificam dentro do escopo do projeto. 6- O perfil da região é apresentado sem que sejam mencionados as questões ambientais. 7- A metodologia apresenta conceitos e palavras deslocadas em seu sentido coerente dificultando a compreensão do projeto ou de como se pretende realizá-lo. Pelas razões descritas acima a CAV não recomenda o projeto por não atender aos critérios de seleção do Edital FEMA N° 07.

Então vamos para a deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Projeto Redescobrimo o Meu Pedaco", levantem a mão. Nenhuma manifestação. Os conselheiros que não são favoráveis a aprovação do projeto "Projeto Redescobrimo o Meu Pedaco", levantem a mão. Então **o projeto "Projeto Redescobrimo o Meu Pedaco". está reprovado por unanimidade.**

Acho que hoje é só gente, muito obrigada pela presença, pelo esforço de vocês para estarem aqui conosco. Até a semana que vem. Obrigada. Então terça-feira quem é que confirma a presença?



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Maestro, Zânia, Maria Lúcia, o secretário vai estar um pouco longe,
Copenhague nos representando lá.